

**1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 121.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 12 de agosto de 1971 — (Quinta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Senhores Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fábio Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes, os senhores Deputados Cândido Martins de Oliveira, Paulo Camargo e Pinto Dias (3).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente, declara aberta a

**S E S S Ã O**

**O SENHOR PRESIDENTE** — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SENHOR 2.º SECRETÁRIO** — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

**O SENHOR 1.º SECRETÁRIO** — procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**OFÍCIOS:**

Sob o n.º 644/71, datado de 29 de julho próximo findo, do Senhor Doutor **CASSIO BITTENCOURT MACEDO**, Digníssimo Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, dando atendimento a solicitação formulada em requerimento, pelo Senhor Deputado **NIVALDO KRÜGER**. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Do Senhor **LEONID F. KUZMIN**, Digníssimo Encarregado de Negócios da URSS no Brasil, agradecendo em nome dos membros da Embaixada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e em seu próprio, as condolências enviadas por este Poder Legislativo pelo trágico falecimento dos cosmonautas soviéticos. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 155/71, datado de 9 de julho próximo findo, do Senhor Doutor **UIDO ARZUA**, Digníssimo Presidente do Conselho Estadual de Educação apresentando esclarecimentos, referentes ao assunto formulado em plenário pelo Senhor Deputado **CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA**, cujo teor foi dado a público através da edição de ontem de "O Estado do Paraná". — Ao conhecimento de Casa.

Sob o n.º 1420 do Senhor Engenheiro ELISEU RESENDE, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no qual presta esclarecimentos em atenção ao requerimento formulado pelos Senhores Deputados PAULO POLI, JORGE SATO e FRANCISCO ESCORSIN. — Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

Do Senhor Coronel FLAVIO HORIZONTE DA COSTA, 1.º Secretário do LIONS CLUBE DE CURITIBA BOM-RETIRO, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria daquele Clube. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Circular sob o n.º 17/71, do Senhor BRASILINO ANTUNES DE MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Pinhão, comunicando a eleição e posse da nova Mesa que dirigirá os destinos daquele Município. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 25/71, do Senhor DIONISIO ASSIS DAL-PRA, Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense, comunicando que em data de 4 de julho do ano em curso, foi fundada aquela Associação no Município de Paranavai. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja informado pela Mesa Executiva do seguinte:

- 1) — Qual o total da verba de publicidade existente no Orçamento desta Assembléia para o corrente exercício?
- 2) — Quais as contas pagas por essa verba, até a presente data e qual o valor das mesmas?
- 3) — Por quem e no interesse de quem, foram autorizadas as publicações já pagas e as em tramitação na Casa para posterior pagamento?
- 4) — Para que fim específico existe a verba de publicidade no Orçamento da Assembléia?
- 5) — Por que até a data de hoje o requerente não foi informado a respeito do pedido de informações dirigido ao Exmº Sr. 1.º Secretário, em 09 de julho de 1971, protocolado sob o n.º 4.835/71?

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1971.

(a) — Fuad-Naqli

##### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes, solicitando seja instaurado inquérito administrativo no 4.º Distrito Rodoviário, com sede na cidade de União da Vitória, desde janeiro de 1961, até a presente data, para apurar irregularidades, que enumeramos:

- 1.º — Transporte de madeira através de caminhões do referido Distrito Rodoviário a particulares com cobrança de frete.
  - 2.º — Execução de serviços pelas oficinas do Distrito Rodoviário, a particulares com cobrança de mão de obra.
  - 3.º — Veículos deste Distrito Rodoviário, há dez anos vêm servindo para caçadas e pescarias, quase que todos os fins de semana, a determinadas pessoas, no interior do município, Mato Grosso e até no Paraguai.
  - 4.º — Veículos e máquinas deste Distrito, foram utilizados em campanhas políticas, legislativas e executivas, nos anos de 1963, 1968 e 1970, a apadrinhados políticos daquela direção.
  - 5.º — Fornecimento de pedregulho deste Distrito Rodoviário a particulares.
  - 6.º — Veículos deste Distrito Rodoviário, com motoristas prestando serviço particular e reflorestamento no Distrito de São Domingos, no município de União da Vitória.
- Solicitamos estas providências no sentido construtivo, pois não acreditamos

mos ser do conhecimento dessa Secretaria, bem como do Governo do Estado, daí a nossa denúncia.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1971.

(a) — Domicio Scaramella

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Sr. Dr. João Havelange, DD. Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, encarecendo-lhe revisão na determinação daquela entidade que excluiu Curitiba e, por conseguinte, o Paraná, de sede das classificatórias da Mini-Copa de 1972;

2.º — seja encaminhado expediente ao Sr. Dr. José Milani, DD. Presidente da Federação Paranaense de Futebol, solicitando-lhe informar à Assembléia Legislativa, se é do conhecimento daquela entidade o fato ou motivo que determinou a exclusão do Paraná como sede das classificatórias da Mini-Copa de 1972;

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1971.

(a) — Acyr José

### JUSTIFICATIVA:

A opinião pública de nossa terra foi, em dias passados, abalada com a notícia oficial de que Curitiba não fora incluída, pela C.B.D., como sede da fase classificatória da Mini-Copa de 72, realização destinada a comemorar, no setor esportivo, o Centenário da Independência do Brasil. Não entendemos o porque dessa exclusão sumária, quando nossa Capital dispõe de uma boa praça de esportes — o Estádio Belfort Duarte —, e todos estamos empenhados na construção acelerada do Estádio Municipal, somadas à tradição da prática do futebol em nossa terra que já deu, à Seleção Nacional, valores que a honraram e souberam conquistar para as cores nacionais memoráveis vitórias.

Daí este nosso requerimento que os Senhores Deputados certamente apoiarão por também estranharem o esquecimento de que foi vítima o Paraná.

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado adiante assinado, usando atribuições regimentais, requer, ouvida a Casa, sejam encaminhados expedientes ao Delegado do INPS no Paraná, ao Presidente Nacional daquela autarquia e ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social contendo protesto e apelo que adiante vai redigido:

Uma frase, repetida por vários homens públicos, inclusive por eminentes revolucionários, continua, para sacrifício do trabalho brasileiro, a expressar dramática realidade: "Previdência Social, vergonha nacional".

Não obstante os esforços envidados para recompor uma estrutura que nunca atingiu estágio satisfatório de eficiência, notou-se que a Previdência Social Brasileira, moralizada com a expulsão do peleguismo, regrediu num aspecto básico depois de março de 1964.

No início deste ano, a pretexto de coibir imoralidades alegadas contra organizações hospitalares e contra médicos, o INPS restringiu os casos de atendimento cirúrgico ao que denominou de casos de extrema necessidade. A consequência foi que milhões de brasileiros ficaram ao desamparo de assistência médica, e que muitas vidas devem pesar contra esta política que, a guisa de moralizar, acabou negando aos segurados da Previdência o direito humano de se beneficiarem dos recursos ao alcance da medicina atual.

Cumpre lembrar que, embora restringindo o atendimento médico, a Previdência Social não reduziu a sua arrecadação, constituída como é notório, do maior orçamento paralelo da União. O fato choca para quem, diariamente, vê profissionais laboriosos desesperarem por não poderem oferecer recursos médicos às suas famílias, negados que são pelo INPS e inacessíveis que sempre foram aos seus parcos recursos pessoais.

É um quadro dramático, no qual a saúde não é um direito humano, mas privilégio de quem a pode comprar.

O chamado critério de emergência adotado pelo INPS, por outro lado, tem uma nuance revoltante. Procurado o Instituto pelo segurado enfermo, é-lhe negada assistência médica sob alegação de não se tratar de caso de extrema necessidade. O mal se agrava, a doença progride, e enfim o segurado obtém a cirurgia de que necessita: mas nem sempre sobrevive a esse descaso.

O caso concreto tem maior força de convencimento:

O INPS no Paraná foi procurado pelos pais de Leny Mara Mery, três anos de idade, sob a recomendação médica de necessitar uma amidalectomia urgente. A extirpação de amígdalas, embora amidalite possa ter graves consequências na primeira infância, não se enquadra no critério de emergência vigente no INPS.

A família empenhou-se durante dez dias e, enfim, conseguiu convencer os médicos do INPS que o caso realmente apresentava gravidade e que a cirurgia era necessária. A pequena operação foi realizada pelo médico Elias José Hanna. Dias depois agravou-se a enfermidade, complicada com o aparecimento de sarampo. Procurando o otorrinolaringologista Elias José Hanna, este expulsou a mãe da criança sem sequer examinar sua paciente.

Hoje à tarde, no bairro do Pilarzinho, está sendo velado o corpo de Leny Mara Mery, uma garotinha de três anos que sofria de dor de garganta.

Holocaustos como este não devem passar em branco, mas servir de exemplo para que se procure aperfeiçoar a Previdência Social Brasileira, ela própria necessitando de urgente e drástica operação recuperadora.

Nosso apêlo é para que, tomando ciência de tais episódios, adotem os responsáveis pela Previdência Social critérios mais justos. Se abusos têm havido, praticados por hospitais e médicos, que se os puna como criminosos que são. Mas não se use tais abusos e crimes como pretexto para deixar sofrer ou morrer inocentes, em casos que hoje se devem contar aos milhares neste Brasil afora.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1971.

(a) — Erondy Silvério

### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimentar, requer à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador Haroldo Leon Peres, no sentido de ser constituída uma Comissão Especial com a finalidade precípua de estudar a transferência da Capital do Estado, considerando que:

a) — o vertiginoso e incessante desenvolvimento da cidade de Curitiba, a exemplo de outras antigas Capitais, vem acarretando sérios óbices à normalidade das atividades dos poderes constituídos. É evidente que o agrupamento resultante do complexo econômico de Curitiba e a aglutinação de fatores das mais variadas matizes, em torno do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, fazem com que desapareça a tranquilidade e se imponha o desassossego nos sobreditos poderes. Nesse passo, não seria demasiada pretensão ajuntar que grande parte das decisões, mormente as adotadas pelos poderes Executivo e Legislativo, é condicionada pela pressão psicológica nascida dessa situação, desfigurando, no mais das vezes, o conteúdo delas e a consequente inadaptação à realidade;

b) — é tese superada, na atualidade, pois Brasília constitui a melhor demonstração, que as Capitais devam ser também sede de todas as atividades compreendidas no âmbito econômico-financeiro-social. Essa egoística concentração pertence a um passado remoto, sendo descabida face a conjuntura hodierna da própria Nação. A presença dos poderes constituídos "à cotê" dessas atividades, com eles relacionadas, mas sobre eles influentes, relembra as velhas cidadelas nas quais se anelavam dirigidos se dirigidos, mais para se defender do que se ajustar e desenvolver. Aliás, Curitiba se assemelha, hoje,

com a cidade antiga de Foustel de Coulagens;

c) — as classes políticas estão vivamente empenhadas no sentido de construir um novo Paraná, ou mais especificamente, redescobrimo-o para as suas próprias grandezas. E, com esse escopo, já emergiu uma nova orientação, com a qual são incompatíveis, os rotineiros hábitos, os rançosos costumes, as lideranças enfraquecidas e superadas, e ainda a ambiguidade de métodos;

d) — as perspectivas nascidas com a nova mentalidade que caracteriza o Paraná, englobam necessariamente, nos seus múltiplos aspectos, a reavaliação de certos conceitos e até preconceitos, como o é a fixação da Capital do Estado na cidade de Curitiba;

e) — geograficamente, a transferência é recomendável, porque a cidade de Curitiba longe de ser centro de difusão, é hoje, por via da concentração, metrópole de assimilação, numa total inversão de valores. "Data vênica", a Capital do Estado deveria, como Brasília, se situar no centro do Estado, como condição "sine qua non" para que os poderes constituídos não sofram restrição na eficácia de suas decisões perante toda a unidade federativa;

f) — a região Centro-Oeste do Paraná oferece as condições ideais para sediar a Capital do Estado, em especial na área ocupada pelo município de Campo Mourão, que oferece, sobretudo, a capacidade de centralizar, perante todos os quadrantes, e compeli, em qualquer sentido, a dinâmica dos poderes constituídos;

g) — enfim, que essa região propicia, simultaneamente, o que forma uma perfeita simbiose, a tranquilidade tão reclamada para a condução dos destinos do Paraná, sem que os homens públicos sofram uma "capitis diminutio" no seu poder de decisão pelas pressões psicológicas da cidade grande... mas antiga.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1971.

(a) — Paulo Poli.

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n.º 164/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

##### Decreta:

Art. 1.º) Fica o Governo do Estado, autorizado a criar na Sede do Município de Mamborê, uma Escola Normal.

Art. 2.º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA

Desnecessário seria enumerarmos aqui todas as razões que nos levaram a apresentar o presente plano de lei, tendo em vista o fato seguinte:

Funciona atualmente a Escola Normal de Mamborê como extensão oriunda de Campo Mourão.

Este fato que por si dispensa quaisquer argumentos, justifica a aprovação da presente lei.

Sala das Sessões 12/8/71

(a) — Paulo Poli.

##### Projeto de Lei n.º 165/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

##### Decreta:

Art. I — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na Vila Operária de Maringá, um Ginásio, com funcionamento no ano letivo de 1972.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15/junho/1971

(a) — Wilson Brandão

#### JUSTIFICATIVA

O atual Ginásio João XXIII, localizado na aludida Vila Operária vem acumulando suas atividades com aquelas destinadas ao Ensino Primário, locando um prédio de madeira.

Isto, como é perceptível constitui-se em situação constrangedora e até comprometedoras do rendimento de ação compatível com o interesse da população escolar. O novo Ginásio virá, então, corrigir este inconveniente, superando uma lacuna não desejada.

**Projeto de Lei n.º 166/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. I — Fica criado o Ginásio de Comércio de Dr. Camargo, na sede do Município do mesmo nome, para funcionamento a partir do ano letivo de 1972.

Art. II — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/agosto/1971

(a) — **Wilson Brandão**

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de uma iniciativa de alta contribuição para atender a reclamos imediatos de uma grande coletividade estudiosa e que se vê na contingência, para não comprometer a continuidade de seus estudos, a deslocar-se para outros Municípios, entre estes, Maringá, Ivatuba, Mandaguáçu, etc. Acresce, ainda, que além de sacrifícios impostos aos pais dos alunos, não raro a Prefeitura de Dr. Camargo destina meritóriadamente, ajuda a respeito, com o fim de não prejudicar aos alunos e seus responsáveis.

**Projeto de Lei n.º 167/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. I — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio, no Jardim Alvorada, em Maringá.

Art. II — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15/julho/1971

(a) — **Wilson Brandão**

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se do mais populoso bairro da cidade de Maringá. E, além disso, a concretização desta iniciativa permitirá o aproveitamento da mocidade estudantil de Vila Morangueira, Vila Santo Antonio, Morangueirinha e a maior parte da zona rural do Município. Atualmente os alunos têm que estudar no Ginásio Gastão Vidigal e Vital Brasil, em pleno centro da cidade, portanto dificultando acesso, facilidades de matrículas. Convém salientar que desde o Governo do sr. Moyses Lupion, Maringá só teve construído um Ginásio, o Gastão Vidigal.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Entendemos que hoje, nós podemos mais uma vez cumprimentar os Municípios do Paraná, e podemos cumprimentá-los pela abertura que tivemos a oportunidade de presenciar nesta manhã.

Quero referir-me à palestra que foi realizada no Seminário Nacional de Administração Municipal, que vem sendo realizado de 9 a 13 de agosto, aqui em Curitiba, numa promoção do Governo do Estado, da Associação Brasileira dos Municípios e da Associação dos Municípios do Paraná, quando se ouviu a palestra proferida pelo Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, Dr. Lineo Klüppel. Naquela oportunidade, S. Exa. fez uma ampla explanação da reforma que vem projetando naquele órgão, e também do novo sistema de integração fazendária, definido através da PROFAZ que foi, inclusive, aprovado por esta Casa de Leis.

Tivemos a satisfação, naquela oportunidade, de ouvir o testemunho de diversos Prefeitos do Interior, e entendi, naquela explicação do Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, a abertura de um diálogo entre os Prefeitos Municipais e aquele órgão.

E no próprio dizer de S. Exa., o Sr. Secretário da Fazenda, abria-se, naquele instante, uma estrada de duas mãos para a abertura de um diálogo, como já disse, entre Prefeitos e aqueles órgãos do Poder Executivo. Por isso, então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos na Tribuna, na oportunidade, para consignar em Ata os nossos aplausos às autoridades que instituíram este Seminário em Curitiba e, em especial, cumprimentar S. Exa. o Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, Dr. Lineo Klüppel, pela magnífica exposição e esclarecimentos que prestou. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, apresentamos um requerimento nesta data, fazendo um apêlo ao Sr. Secretário de Transportes, solicitando que seja instaurado um inquérito administrativo no 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória. Não vai aqui qualquer ataque à Administração passada, ou à Administração atual, mas tenho a impressão que é uma maneira de pôr um paradeiro nos abusos que há mais de 10 anos vêm acontecendo no 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória. E assim, faço um apêlo aos nobres Deputados, para que dêem apoio a este nosso requerimento, para encaminhar a S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes, sobre a possibilidade de um inquérito naquele 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória. Ainda há mais. Acabamos de receber uma resposta do Sr. Secretário dos Transportes, Sr. Walfrido Strobel, nos informando que a estrada que demanda de União da Vitória para o Sudoeste, está sendo conservada dentro das possibilidades do 4.º Distrito Rodoviário e do 12.º Distrito Rodoviário, com sede em Pato Branco. E quero aqui dizer que lamentamos esta informação do Sr. Secretário, pois a estrada que demanda de União da Vitória ao Sudoeste do Paraná, está intransitável, e não faltam recursos àquele 4.º Distrito, porque ainda no dia 4 de agosto o Departamento de Estradas de Rodagem, do 4.º Distrito acabou de fazer um transporte de madeira, concorrendo com os motoristas profissionais para a conservação daquela estrada. Apelo ao Sr. Secretário para ver se aquilo que dissemos nesta Casa é verdadeiro ou não. Mas ainda o Sr. Secretário dos Transportes nos informa que a estrada que demanda de São Mateus a Rio Negro, ao Município fronteiriço de Três Barras, Santa Catarina, está sendo melhorado, dentro da possibilidade, e não há nem sinal de melhoria naquela estrada, porque aquela estrada está classificada como de 3a. classe no D.E.R. Quero lembrar ao Sr. Secretário, que há menos de um ano foi inaugurada uma ponte de concreto armado de mais de 100 metros de comprimento, entre o Paraná e Santa Catarina; não é lógico que uma estrada não mereça a atenção do Sr. Secretário; tenho a impressão de que os seus auxiliares não informaram ao Sr. Secretário. Voltaremos ao assunto dentro de alguma oportunidade, e lembro que deparamos com a notícia de ontem de "O Estado do Paraná" onde diz "que esta zona é de protecionismo do D.E.R. Quero que este protecionismo atinja a zona que tenho a honra de representar, mudando os responsáveis pela Administração do 4.º Distrito, para poder produzir, para poder trabalhar, não para fazer política, como vinha acontecendo no nosso Distrito Rodoviário, e que hoje apresentamos aqui no Requerimento. E apontaremos quais as irregularidades, e pelas quais eu me responsabilizo, no futuro, se for preciso, e verificar todas essas irregularidades; e irei com as autoridades que deverão proceder este inquérito administrativo. Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente queremos registrar a presença nesta Casa do Sr. João Mingote, digno e honrado Prefeito da cidade de Santa Cecília do Pavão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queremos, na tarde de hoje, trazer aqui uma crítica a um órgão do Governo do Estado do Paraná, ao DESP, Departamento Estadual de Serviço Público, que vem ocasionando uma demora no pagamento dos quinquênios, elevação de padrão e concessão de licenças prêmio nas informações para os documentos encaminhados pelos servidores públicos do Paraná a este órgão do Governo do Estado do Paraná. É o ritmo, a passo de tartaruga, do DESP, na solução dos documentos para ali encaminhados pelo funcionalismo público, e muito especialmente pelos professores.

Normalmente cada Deputado recebe do povo da sua região, requerimentos os mais diversos, de professores, de servidores públicos, do DER, da Polícia enfim, dos mais diversos setores do organismo público estadual. É lógico e evidente, que o cidadão não venha a se deslocar duas, três, oito ou dez vezes a Curitiba, para saber do DESP, a solução dada ao seu pedido.

O servidor vai cobrar de quem? Ele vai cobrar exatamente do Deputado. E, às vezes, o Deputado é criticado pela demora na concessão de uma licença prêmio, na elevação de padrão e no pagamento dos quinquênios, porque o servidor entregou e deposita no Deputado toda a confiança. Alguém chegou a crer mesmo que o Deputado está com má vontade, porque está demorando muito para se ter a solução do problema encaminhado através do Parlamentar. E nós queremos aqui dizer que estamos no Século XX, o século das grandes conquistas, o século do avanço extraordinário da ciência, com os transplantes de coração do Dr. Barnard e do Dr. Zerbini, com o sucesso extraordinário da NASA, mandando, neste Século XX, o homem à Lua. Porém, com todo o avanço da ciência, aqui no Paraná órgãos do Governo do Estado não estão acompanhando o progresso do Brasil, do mundo. Documentos ficam parados, e nós aqui estamos com uma crítica construtiva, porque pudemos rever hoje um fichário, e encontramos documentos no DESP, às vezes com seis meses parado para uma informação, e em seis meses parece que o tempo não foi suficiente para que este órgão nos desse a informação e que, posteriormente, conforme os documentos, fosse encaminhada à Secretaria do Governo.

Então, srs. Deputados, não é com caráter destrutivo, mas é para colocarmos o Paraná ao lado do avanço e do desenvolvimento mundial, que estamos aqui criticando um órgão do Governo Estadual, porque não é possível ter que aguardar, às vezes um ano, para se ter solução para casos rotineiros, para problemas comuns que poderiam ser solucionados, quem sabe no prazo de uma semana.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que V. Exa. tem meio minuto para terminar.

O SR. ANTONIO BELINATI — Se há falta de funcionários, vamos colocar mais funcionários no DESP, mas não vamos ficar na expectativa durante tanto tempo, para que sejam resolvidas questões comuns, num órgão do Governo Estadual. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Poli, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, no instante em que a Presidência desta Casa nos honrava com a indicação de nosso nome, nesta Tribuna, falávamos com o Líder de nossa Bancada, exatamente sobre assunto...

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Nemi falei nada! Por enquanto não...

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. está falando...

O SR. PAULO POLI — V. Exa. sabe o que eu vou falar. Mas agora não tem o aparte.



(Debates acalorados entre os dois Srs Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência suspende a sessão.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência reabre a sessão, e faz apêlo aos Srs. Deputados para que cumpram o Regimento Interno da Casa.

Com a palavra o sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, que sempre foi um grande Presidente, e faço apêlo ao nobre Deputado Erondy Silvério para que proceda com educação, que proceda como Parlamentar...

O Sr. Erondy Silvério — Depois responderei a V. Exa. V. Exa. vai receber o trôco.

O SR. PAULO POLI — Mas, como dizia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como dizia, no instante em que fomos anunciados para assumir esta Tribuna, eu falava sobre as precauções que deveríamos tomar sobre o assunto, com o nobre Líder do Governo, Deputado João Mansur que, naturalmente, fará ouvir a sua palavra sobre o assunto. Apelei a V. Exa. que liberasse a Bancada para votar segundo os ditames da consciência de cada um.

Este foi o apêlo que fiz ao eminente Líder de minha Bancada antes de abordar o assunto, que seria uma proposta da instalação de uma Comissão, por parte do Sr. Governador, para que se estudasse da conveniência de se transferir a Capital do Estado para o Interior, como prevê a Constituição do Estado.

Portanto, pergunto ao nobre Deputado João Mansur qual a posição da Bancada neste assunto.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Realmente, nobre Deputado Paulo Poli, V. Exa., ao dialogar comigo, colocou-me a par da proposição que V. Exa. traria ao conhecimento da Casa.

E foi assentado que seria um problema regional, e a Bancada da ARENA está livre para adotar a posição que cada um dos Srs. Deputados achar conveniente, de acôrdo com o pensamento de cada um. Não se trata de problema do Governo.

De modo que todos os srs. Deputados podem votar de acôrdo com suas consciências.

Pedi este aparte para fazer justiça a V. Exa. sobre o entendimento que tivemos.

O SR. PAULO POLI — Como vêem, Srs. Deputados, nós agimos dentro de uma certa norma.

O SR. ACYR JOSÉ — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, inicialmente, devemos aduzir a nossa Questão de Ordem ao requerimento lido nesta Casa.

Devemos enfatizar que somos visceralmente contrários ao mesmo. E se levantamos e argüimos a legalidade constitucional, é porque esta Casa já apreciou a Resolução n.º 2/71. E acho impertinente o requerimento, porque conflita, violentamente, com a reforma constitucional já aprovada por esta Casa.

Então, não poderia a Mesa receber um requerimento nessas condições.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, quero saber se aguardo a decisão da questão de ordem que foi levantada, ou se continuo falando.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita a V. Exa. que continue sua explanação, enquanto decide a questão de ordem com o assessor da Mesa.

O SR. PAULO POLI — Não há necessidade de grande assessoramento, porque o Sr. Deputado Acyr José está passando um atestado até mesmo de total desconhecimento de tudo que se passa nesta Casa. Não estou propondo um Projeto de Lei, estou apenas requerendo, e tenho o direito de requerer.

O Sr. Acyr José — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Não concedo apartes. V. Exa. há pouco levantou uma questão de ordem, pois levante outra.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita excusas ao Sr. Deputado Paulo Poli, mas está suspensa a sessão.

(É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Declaro reaberta a sessão.

Esta Presidência, respondendo a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Acyr José, tem a dizer que se baseou na Resolução. n.º 2/71, que disciplina o encaminhamento de Emendas à Constituição.

O requerimento do Sr. Deputado Paulo Poli sugere apenas a formação de uma Comissão. O requerimento é perfeitamente regimental.

Continua com a palavra o sr. Deputado Paulo Poli.

O Sr. Erondy Silvério — (Pela ordem). Sr. Presidente, não se encontrando no recinto o primeiro orador inscrito, solicito a V. Exa. que conceda a palavra ao segundo orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa reitera a chamada ao Sr. Deputado Paulo Poli, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

Tenho a satisfação e a honra de anunciar a presença neste Plenário do sr. Miguel Zacarias, Assessor do Secretário de Segurança Pública.

Com a palavra o sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando pela segunda vez foi V. Exa., Sr. Presidente, com muita razão, obrigado a suspender esta sessão, referia-me ao despreparo do eminente e nobre colega Acyr José, no que tange ao conhecimento da tramitação de papéis e Projetos nesta Casa.

O Sr. Acyr José — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Concederei, darei quantos apartes V. Exa. quiser. V. Exa. sabe que gosto de conversar, não fujo a isto.

Entendi, na questão de ordem levantada levantada pelo eminente Deputado Acyr José, que este requerimento era um Projeto de Lei e que só através de uma reforma à Constituição, só através de um Projeto de Lei oriundo do Governador do Estado, é que se pode mudar a Capital; nós sabemos disso, nobre Deputado.

Portanto, este é um requerimento, nobre Deputado, para se submeter à apreciação do Governador, da conveniência ou não de se formar uma Comissão Técnica para opinar sobre a tramitação ou não da matéria. Ai sim, nobre Deputado, em termos legais, apenas um requerimento de sugestão.

Agora, feito isto, para orientação de V. Exa., que é um homem inteligente, e eu o respeito muito, mas que errou na sua questão de ordem. Dois erros, um técnico e legal e outro de ética.

Então, pôsto isto...

Vou conceder o aparte ao nobre Deputado Acyr José, grande representante da Capital do Estado, e eu o concedo com prazer.

O Sr. Acyr José — Agradeço inicialmente as referências elogiosas feitas a meu respeito, aliás, diga-se de passagem, intencionalmente. E quando nós levantamos, aqui a questão de ordem, é que pairava em nosso espírito uma dúvida, e a questão de ordem foi pela Mesa respondida. E quando pedia, em segundo lugar, a concessão de um aparte a V. Exa., o fizemos estribados em nossa educação Parlamentar, e jamais esperava por parte de S. Exa., que temos como um homem experiente e experimentado, um Parlamentar que o Paraná tão bem conhece, não respondesse nos termos que V. Exa. respondeu.

O SR. PAULO POLI — Curvo-me, nobre Deputado, veja V. Exa., eu tenho a hombridade suficiente que um homem público deve ter, tenho graças a Deus. Diante disso, eu me curvo e me penitencio a V. Exa. porque, no momento, eu estava aqui na Tribuna sendo injustamente agredido. Exatamente neste momento, entrou V. Exa., de certa forma violentamente também, com uma questão de ordem intempestiva, que provocou aquela reação.

Diante desta explicação curvo-me, e também acho que V. Exa. não merecia o tratamento inadequado; se assim o fiz, eu me curvo, e peço desculpas a V. Exa.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. PAULO POLI — Perfeitamente. Desde que seja feito desta forma, quantos V. Exa. quiser.

O sr. Erondy Silvério — Não com tanta vaselina. Meu aparte não vai ser da mesma forma.

O SR. PAULO POLI — Sinceramente, a gíria de V. Exa. eu não entendo bem.

O Sr. Erondy Silvério — Quero dizer a V. Exa. que, quando solicitei o aparte a V. Exa. no início da oração, era justamente para apelar ao nobre Deputado João Mansur, porque eu ouvi a conversa, ao meu lado, entre V. Exa. e o Líder do Governo e da ARENA nesta Casa, que jamais a pretensão de V. Exa. poderia ter a tutela da liderança da ARENA nesta Casa, porque considero, perdoe o meu termo, eu considero uma excrescência jurídica, a posição de V. Exa. V. Exa., quando diz que falta preparo ao nobre Deputado Acyr José dentro desta Casa, na interpretação do Regimento e da Constituição do Estado, V. Exa., muito sãbiamente também, está laborando num erro. Porque V. Exa. diz que a Capital do Estado somente poderá ser mudada através de Mensagem do Governador, o que não é verdade. V. Exa. é muito sabido para dar uma "mancada" desta. V. Exa. está procurando desviar o rumo dos acontecimentos, e sabe que a assinatura de V. Exa. e de mais 15 srs. Deputados, tornam perfeitamente legal uma Emenda Constitucional. É contra isto que nós, representantes do Paraná, da cidade de Curitiba, nos insurgimos violentamente, contra a pretensão de V. Exa., e vou dizer na Tribuna que os argumentos que V. Exa. mostrou no requerimento são até infantis.

O SR. PAULO POLI — No entender de V. Exa.,

O Sr. Erondy Silvério — No meu entender, e vou provar a V. Exa., no decorrer do tempo, debatendo um a um os argumentos que V. Exa. apresentou para mudança da Capital. Conheço bem os objetivos do requerimento de V. Exa. A primeira etapa é Campo Mourão. Admiro-me do silêncio do outro representante de Campo Mourão. Parece que é coisa combinada. A segunda etapa, entra a turma do "deixa disso" e entra Emenda para agradar ao Sr. Governador, para transferir a Capital para Maringá; é preciso que se reaja desde já contra esta farsa. Não acredito que tenha partido do Sr. Governador, mas de uma faixa que quer agradar cada vez mais o Sr. Governador Haroldo Leon Peres.

O SR. PAULO POLI — V. Exa. é um Deputado com quem até gosto de conversar; hoje não. V. Exa. há de concordar comigo que, sentado nas imediações onde está o Sr. Deputado João Fadel, quando discutimos a Reforma Constitucional, V. Exa. afirmou, e consta dos Anais que era vidente, que adivinhava o pensamento, as atitudes dos eminentes Srs. Deputados, mesmo antes destes serem exteriorizados, expressos verbalmente, no que concordo com V. Exa., pela profunda malícia, às vezes com grande dose de maldade, como é o caso hoje. V. Exa. hoje está querendo fazer confusão, envolver pessoa que não tem nada a ver com este assunto, e vou provar que estou certo. Esta tese de mudança da Capital, quando ainda V. Exa. era um dos eminentes brilhantes Vereadores nesta Capital, nós já ocupávamos uma cadeira nesta Casa, já falávamos sobre o assunto. Então vejo que não tem enderêgo certo. Não seria hoje, que temos no Iguazu um Vereador de Maringá, que iríamos nos prestar a este papel. Portanto, entendo que as afirmações de V. Exa., embora eu reconheça postas com bastante astúcia e inteligência, estão eivadas, no fundo, de bastante maldade, e, quanto ao que pretende V. Exa., defender o eminente Deputado Acyr José, dizendo que há Lei, realmente V. Exa. vai convir comigo, — pare aí, não faça caret a — a emenda à Constituição, qualquer um sabe que 1/3 da Casa, não 15, 16, aumentou o número; 1/3 pode fazer Emenda à Constituição.

O Sr. Erondy Silvério — 15, 16.

O SR. PAULO POLI — V. Exa. é bom em aritmética, por isso é que progride na vida. Pergunto se a lei fria daria ao Governo condições de se locomover. É claro que não. Teriam que ser elaboradas leis paralelas, oriundas desta Emenda, e de iniciativa do Governo. Leis esta que iriam prever aumento de despesa, de indenizações, de construções etc. etc. Se não tenho razão em 100%, nem V. Exa. tem. Nem o Poder Legislativo, nem o Poder Executivo.

sózinho conseguem obra de tamanha envergadura, e agora, quero debater com V. Exa. com educação, quero debater com V. Exa., doravante, deste momento, em todos os instantes, nesta Casa ou em qualquer lugar, se se falar em poluição do ar, em poluição da água, em acidentes de trânsito, em congestionamento de trânsito, isto, eu digo que isto ocorre pela vaidade infantil de certos representantes do povo, que querem manter a cidade sorriso em eterno congestionamento. Porque não vi no Rio de Janeiro, na Guanabara, não vi diminuição nenhuma; eu não vi prejuízo nenhum àquele Estado e àquela cidade, com a mudança da Capital para Brasília. Eu não vi no Estado de Minas, nobre Deputado, prejuízo nenhum a todo o povo mineiro; a mudança da Capital do Estado de Minas Gerais para Belo Horizonte, que se diga de passagem, V. Exa. haverá de convir comigo, é hoje uma das mais belas e progressistas, mais bem traçada Capital de nossos Estados da Federação Brasileira. E portanto, aí está o exemplo de Brasília.

O Sr. Mauricio Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Gostariamos, brilhante Deputado Paulo Poli, de afirmar inicialmente que votaremos contrariamente ao Requerimento de V. Exa. Somos totalmente contrários; podemos inclusive até respeitar o ponto de vista sobre o aspecto que V. Exa. deseja levar a este respeito.

Acredito que a proposição que neste momento V. Exa. apresenta a esta Casa, não obterá número necessário de Deputados para que possa possibilitar a sua apreciação.

O SR. PAULO POLI — V. Exa. também está adivinhando.

O Sr. Mauricio Fruct — É pretensão. Na continuidade, afirmo a V. Exa. que Curitiba, se V. Exa. não sabe, apesar de morar aqui há tanto tempo, reúne condições excepcionais para o desenvolvimento do urbanismo. Curitiba é uma cidade que ainda possui inúmeras áreas verdes para serem aproveitadas, e inclusive para fixação de planos diretores que, em tempo algum, poderiam proporcionar aquilo que V. Exa. diz: poluição de ar ou problemas de trânsito. Curitiba também oferece excepcionais condições aos inúmeros funcionários públicos que aqui labutam e trabalham.

Faria apenas uma pergunta: — V. Exa. já pensou o problema, o trans-tórno e a preocupação que iriam originar a este Governo que tanto luta pelo desenvolvimento de nosso Estado, uma mudança desta natureza? As inúmeras despesas que iriam onerar nosso Estado, com a construção da infraestrutura necessária, para dar lugar aos inúmeros prédios na cidade que V. Exa. preconiza para Capital? V. Exa. sabe que o Estado e sua região estão a exigir obras de infraestrutura, tão necessárias para seu desenvolvimento, e não serão estas que trarão ônus para o Estado, e ao mesmo tempo motivarão espaço vazio, impreensível, na Capital paranaense. Diria a V. Exa. que não percebe que essa sua idéia não pode encontrar eco nesta Casa. O fato de todos nós presenciarmos, nesta Assembleia, o prédio em construção, o prédio do novo Plenário que precisa ser construído para dar melhores condições de trabalho aos Deputados; porém, por falta de recursos, este Plenário ao lado, a que me refiro, ainda não foi concluído, apesar dos esforços da Mesa Diretora da atual Comissão Executiva.

Por isso tudo se verifica a inviabilidade da transferência da Capital para uma outra cidade do Interior. Além do ônus tremendo que acarretaria, talvez um, dois ou três orçamentos seriam necessários para que a sua Capital pudesse encontrar o objetivo.

Por tudo isso, nós, com todo o respeito que V. Exa. merece, afirmamos que votaremos contrariamente à sua proposição.

Agradeço a V. Exa. ter-me concedido o aparte.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado, eu recebi aqui um bilhete, que não sei de quem é. Mas, é assunto conhecido; mudança de Capital, como diz aqui, não é fato novo.

São Paulo já existe, e não queria citar aqui, mas sou obrigado a fazê-lo, por razões óbvias. Existe uma Comissão já constituída pelo Governador de

São Paulo. Lá os trabalhos estão adiantados, sem considerar o que já se gastou só na construção do metrô.

V. Exa. disse que seria passível de solução o problema cruscante que a vida moderna traz, que é o agigantamento de certas cidades. V. Exa. acha que o problema do trânsito resolve, que o problema de poluição resolve com o cinturão verde, que o problema da água resolve, mas nem sequer esboçou um plano sobre o qual possamos nos estribar. O assunto é muito delicado. Vejam os nobres Deputados que, quando chegamos em casa, nossa camisa branca tem o colarinho cheio de poeira, e é esta poeira que está invadindo os pulmões de todos os curitibanos. O problema é cruscante, é sério. Não tenho nada contra Curitiba. Quero dizer que gosto tanto de Curitiba, que se a Capital mudar-se para o Interior e eu tiver que representar o povo, lá estarei; porém, residindo aqui e viajando para lá.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não há problema de poluição em Curitiba, no momento. V. Exa. há de estar lembrado, que por ocasião da votação da Constituição apresentamos, numa Emenda que foi aprovada, medidas para o caso de indústrias a se fixarem em determinadas regiões do Estado. Se uma indústria pudesse causar problemas de poluição, e houvesse necessidade desta indústria, ela obrigatoriamente deveria construir tanques de recuperação. Mas em Curitiba não existe, até o momento, problema de poluição, e dificilmente irá existir. O estudo já está sendo realizado, e vai aqui a primeira solução que apresentamos a V. Exa. V. Exa. disse que não havíamos apresentado soluções.

O SR. PAULO POLI — E as despesas que vão ser feitas?

O Sr. Maurício Fruet — É uma solução que não acarretará ônus. O segundo problema, com relação ao trânsito, V. Exa. é uma pessoa que está a par do preço de construções, e está a par do número de funcionários públicos existentes na Capital que, obrigatoriamente, teriam que se transferir para a nova Capital. É um assunto evidentemente sobre o qual nem precisávamos continuar falando. Com o dinheiro que se iria gastar com a transferência dos funcionários, poder-se-ia construir vias elevadas em Curitiba, em todos os setores, o Estado sendo onerado muito menos. Aproveito a oportunidade para fazer um apelo no sentido do Governo do Estado ajudar mais a Capital paranaense. Curitiba está realizando obra de infra estrutura para todo o Estado, apenas com seus recursos próprios, com os recursos do Município. Infelizmente não recebe, por parte do Governo estadual a devida compreensão, o incentivo para a construção de vias elevadas, condição ideal para que não haja problema de tráfego que não possa ser resolvido em função deste fator.

O Sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Se V. Exa. me permitir responderei ao aparte do Deputado Maurício Fruet e depois, com satisfação, dialogarei com V. Exa.

Nobre Deputado, V. Exa., eminente representante da Capital do Estado, excelente Deputado, grande colega mas, data vênica, nobre Deputado, V. Exa. talvez não tenha vivido, não tenha sentido, não tenha acompanhado, não tenha reparado, aquele progresso que ocorreu, nestes últimos anos, no Norte do Estado do Paraná.

Nós, nobre Deputado, sobrevoamos a região Norte do Estado, com receio de que uma pane se desse em nosso aparelho e que fôssemos devorados pelos índios.

Então, acompanhamos, passo a passo, palmo a palmo, o progresso gigantesco, vertiginoso, do Norte do Estado do Paraná, onde existem as melhores terras do mundo.

Londrina, Maringá, Campo Mourão, são, por exemplo, cidades que saíram do nada como num passe de mágica.

E essas cidades continuam aumentando, crescendo. Mas, toda essa sugestão de pistas elevadas, de viadutos, aqui em Curitiba, serão necessários mesmo com a mudança da Capital, porque ninguém segura o Paraná. E a mudança da Capital não irá influir em quase nada no crescimento de Curitiba.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. PAULO POLI — Concederei aparte ao Deputado, Xenofonte Villanueva, depois concederei a V. Exa.

O Sr. Xenofonte Villanueva — Nobre Deputado, V. Exa. está fixando, nesta oportunidade, um momento quase histórico para esta Casa. Porque, esta belece uma confiança inusitada no progresso de nossa Capital. Isto é louvável da parte de V. Exa.

Porém, não encontra guarida em nosso pensamento e na maneira de apreciarmos as coisas, uma justificativa para a necessidade da breve ou da próxima mudança da Capital para outro local.

Argumento dizendo que, hoje, no Paraná, que é um Estado novo, que tem condições diferentes daquelas que motivaram a mudança da Capital de Minas Gerais, tem condições diversas daquelas que fizeram com que a Capital de Goiás se fixasse em Goiânia.

Hoje, em nosso Estado, tem um complexo viário, um complexo de educação, de telecomunicações, energético, todo ele estabelecido em função da presença da Capital em Curitiba.

Seria uma modificação muito drástica que iria não só interromper o desenvolvimento da cidade, como iria perturbar a normalidade de todo nosso Estado.

Por esta razão, apesar da apreciação que fiz no início de minhas palavras, que V. Exa. demonstra uma confiança extraordinária em nossa Capital, em nosso povo, gostaria, antecipadamente, de esclarecer que vou votar contrário a sua proposição.

O SR. PAULO POLI — Agradeço ao eminente e nobre Deputado, representante de Rolândia, por ter firmado sua posição.

Mas, o que eu proponho, aqui, é um estudo para sentir-se das necessidades do Estado. Feito o estudo, o que será, naturalmente, por um técnico, se este requerimento for aprovado, depois de feito o estudo, iremos elaborar as leis. Feitas as leis, as obras, paulatinamente, lentamente, serão feitas na região previamente estabelecida ao invés de se fazer um metrô, ao invés de fazermos um investimento para edifícios para novas Secretarias, e tantos outros investimentos necessários, esses investimentos serão feitos na nova Capital. Então, a longo prazo, a médio prazo, esse problema será solucionado. Honestamente, nobre Deputado, não há bairrismo algum. Porque o Paraná é um todo que nós queremos tão bem. Nós admiramos tanto a Capital em que vivemos, que longe de nós esse pensamento de divisionismo. Absolutamente, não. Tanto é que se fala aqui no meu requerimento, da possibilidade de se colocar a Capital no Centro-Oeste do Estado.

O Sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Gostaria de esclarecer que não duvidei dos honestos propósitos de V. Exa. e nem dei a entender que houvesse intenção de bairrismo.

O SR. PAULO POLI — Perfeitamente, estou apenas argumentando. V. Exa. realmente não fez insinuação nenhuma.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Venho representando o Interior, mais precisamente Londrina, embora entenda que não existe Deputado municipal mas Deputado Estadual, que é o representante de todo o Estado. Londrina, como bem sabe V. Exa., é considerada a Capital do Norte do Estado. Agisse eu neste instante com espírito de bairrista, de divisionista, estaria defendendo a mesma tese esposada por V. Exa. No entanto, prefiro ficar alheio a esse espírito. Prefiro que o Governo do Estado dê a devida assistência à nossa região Norte, dando assistência à agricultura para sua solidificação, reunindo condições para a industrialização, oferecendo benefícios para o desenvolvimento educacional e cultural daquela região. Prefiro isso, do que o Governo do Estado transferir para lá a sua Capital. O Paraná não alcançou ainda um índice de desenvolvimento para se dar ao luxo de mudar sua Capital. Este Estado, onde Governador traça, desenha e pinta um quadro de pessimismo, onde não consegue sequer pagar em dia os vencimentos dos funcionários públicos, onde a agricultura se sente desamparada,

pela falta de assistência do órgão responsável no Estado, a Secretaria da Agricultura, envolto por uma onda de omissão irritante, onde se assiste um quadro dessa natureza, no nosso entender é despropositado, descomunal, pleitear-se uma mudança de Capital. Neste instante, nobre Deputado, V. Exa. não procura interesses alheios ao Paraná, mas entendo mesmo que esteja agindo com bom propósito, mas está redondamente enganado nos seus objetivos. Pelo menos é este nosso modo de entender. Seria desnecessário dizer aqui o que custaria ao Paraná, nesta altura dos acontecimentos, a mudança de sua Capital. Apelamos a V. Exa., nobre Deputado Paulo Poli, que representa a rica região do Norte do Estado, que deixe, por hora, porque este não é momento propício, talvez num futuro até próximo, seja o mesmo apropriado. Deixe, neste momento, de apresentar tal reivindicação, para apresentar outras de natureza mais urgente e de necessidade mais premente.

Agradeço a V. Exa. a gentileza pelo aparte concedido.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado, com muita sutileza, com muita finura, com muita inteligência, que aliás muito o caracteriza, talvez involuntariamente, V. Exa. quisesse atingir-me no que tange a este requerimento. Não que tivesse sido intenção de V. Exa., mas, nas entrelinhas deu a entender que quem sabe interesses, não com estas palavras, poderiam mover-me a esta atitude. De antemão, se não conhecesse bem V. Exa., responderia de outra forma.

Mas, admito que tenha sido um lapso, que não tenha sido intenção de V. Exa., que tão bem me conhece. Afirmo, para tranquilidade de V. Exa., digo a esta Casa e a V. Exa. em especial, que em Campo Mourão e nas Comarcas vizinhas há os Cartórios de Registro de Imóveis. Desafio qualquer um dos senhores presentes a trazer a esta Casa uma Certidão do Cartório do Registro de Imóveis, dizendo que possui um metro sequer de terra. Sei que não foi esta a intenção de V. Exa. Conheço bem V. Exa., mas parece que nas entrelinhas deixou transparecer que tinha eu interesses outros. Porém, quero afirmar que não admitirei, em hipótese alguma, dúvida quanto à minha integridade. Deixo este desafio à Casa: se uma certidão neste sentido, aqui aparecer, imediatamente renunciarei a meu mandato.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte de esclarecimento? (Assentimento). Longe de nós a intenção de afirmar nas entrelinhas ser V. Exa. um latifundiário do Norte do Paraná, ou um pequeno proprietário. De forma alguma. Afirmei não ter certeza ser este o propósito de V. Exa., mas poderia ser o propósito de uma promoção pessoal, o propósito de angariar a população da população de Campo Mourão. Poderia ser. No entanto, não afirmei taxativamente ser este o interesse precipuo de V. Exa.

O SENHOR PAULO POLI — Muito obrigado a V. Exa.

Senhor Presidente, gostaria de alertar a esta Presidência que estou encaminhando à douta Mesa um requerimento para que, este requerimento:

- 1.º — Seja apreciado no início da próxima sessão, segunda-feira;
- 2.º — Que a votação, para minha orientação e controle, seja feita nominalmente.

Retiro-me, por alguns minutos desta Tribuna, para elaborar o novo requerimento. Agora, dêste pediria que a votação fôsse feita hoje. — (Sem revisão do orador).

O SENHOR PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Grande Expediente, Senhor Deputado Erondy Silvério.

O Senhor ERONDY SILVERIO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Antes de tecermos algumas considerações com relação ao requerimento de autoria do Deputado Paulo Poli, eu me permito chamar a atenção da Casa para expediente que vou encaminhar à Mesa, que é de grande atualidade, porque diz respeito muito de perto às necessidades, principalmente, do trabalhador brasileiro, hoje espezinhado pela Previdência Social, cujo requerimento

está vasado nos seguintes termos: (Lendo) "O Deputado infra-assinado, usando das atribuições, requer, cuvida a Casa, sejam encaminhados expedientes ao Senhor Delegado do INPS do Paraná, ao Presidente Nacional daquela Autarquia, e ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, contendo protesto e apêlo que adiante vai redigido:

O Senhor Mauricio Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Desculpe interromper a sua manifestação.

O Senhor ERONDY SILVERIO — Não há o que desculpar a V. Exa. porque parece que a Casa não quer nos conceder a consideração da sua atenção, para um assunto revoltante, para o trabalhador. Porque o operário não pode pagar uma operação, quanto menos uma diária de hospital. E no momento em que se aborda um assunto tão relevante para o povo brasileiro é V. Exa. quem nos dá o conforto do seu aparte.

O Senhor Mauricio Fruet — Obrigado — Reafirmo que este assunto abordado neste momento por V. Exa. da Tribuna, merece nosso total apoioamento, e temos certeza que esta Casa aprovará, por unanimidade, os termos do seu requerimento, porque isto que V. Exa. traz ao conhecimento da Casa nesta oportunidade é efetivamente um drama, um transtorno seríssimo a todos os trabalhadores brasileiros, e todos nós temos certeza que todos os Deputados com assento nesta Assembléia, hão de tomar conhecimento que esta medida, sob o título de fiscalização do INPS, que o INPS vem fazendo junto a unidades hospitalares e junto a conceituados médicos, não só de Curitiba, mas de todo o Estado, acima de tudo traz como único prejudicado, aquele que luta, com o seu suor, com o seu trabalho, com o seu sacrifício, aquele colaborador, aquele que mantém o INPS e mais uma coisa, eminente Deputado, no ano de 70, um funcionário do INPS nos dizia com orgulho, que o INPS do Paraná, deu lucro e não achamos que isto tivesse sido motivo de orgulho, muito pelo contrário, o INPS deveria, isto sim, prestar o melhor atendimento possível. De forma alguma poderia ter superavit em seu orçamento.

O Senhor ERONDY SILVERIO — Agradeço a V. Exa. Aquêlê "slogan" se aplica no caso, Governo rico, povo pobre.

(Lendo): "O chamado critério de urgência adotado pelo INPS, por outro lado, tem uma anuência revoltante. Procurado o Instituto pelo segurado, é denegado a assistência médica sob a alegação de não se tratar de caso de extrema necessidade. O mal se agrava então, a doença progride e enfim, o segurado obtém a cirurgia de que necessita, mas nem sempre sobrevive a êste descaso. O caso concreto tem maior força de convencimento. O INPS do Paraná foi procurado pelos pais da menina Leny Mara Mery, de apenas três anos de idade, sob a recomendação médica de necessidade de uma operação nas amígdalas, em caráter urgente. A extirpação de amígdalas, embora a amigdalite possa ter graves consequências na primeira infância, não se enquadra no critério de emergência, vigente no INPS. A família empenhou-se durante três dias e, enfim, conseguiu convencer os médicos do INPS que o caso realmente apresentava gravidade, que a cirurgia era necessária. A pequena operação foi realizada pelo médico Elias José Hana e as afirmações que eu estou fazendo nesta Casa, são de minha inteira responsabilidade. Dias depois agravou-se a enfermidade, complicada com o aparecimento de sarampo. Procurado o médico Elias José Hana, se êste pode ser chamado de médico, êle expulsou a mãe da criança, sem qualquer exame na paciente, dizendo que a mãe estava inventando uma doença imaginária para sua filhinha. Hoje à tarde, na Avenida Hugo Simas, no Pilarzinho, está sendo velado o corpo da menor". Senhor Presidente, não tenho mais condições de continuar, mas quero deixar lavrado o meu protesto contra a desumanidade dêste médico. Não preciso de água. O assunto não comporta brincadeiras. Estou emocionado com o fato. Não estou pedindo água, eu não preciso de água de V. Exa. Eu estou falando com sinceridade, reclamando contra o descaso das autoridades que apresentam um superavit no INPS, mas que deixam morrer os operários, a menor hoje está sendo velada na rua Hugo Simas. As 17,30 horas sairá seu enterro.

O Senhor Arthur de Souza — É muito natural que V. Exa. sinta diariamen-



te estes dramas e que hoje traz à Tribuna. Esta Casa precisa tomar conhecimento, precisa atacar, precisa alertar as autoridades. É muito natural, isto já me tem acontecido, que V. Exa. esteja emocionado, porque nós que lidamos com esta população sofredora, tenhamos contacto com o sofrimento porque ele vem para esta Casa e aqui nós funcionamos como verdadeiros muros de lamentações. Gostaria de interpretar, não como V. Exa. interpretou neste momento o oferecimento que o nosso Presidente fez; Ele quis ser solícito com V. Exa. quando disse que V. Exa. estava emocionado.

O Senhor ERONDY SILVERIO — Agradeço a V. Exa.

O Requerimento, Senhor Presidente, vou passar às mãos de V. Exa.

E quando ao assunto da mudança da Capital, nós debateremos na oportunidade em que o Requerimento for apreciado por esta Casa, eis que seu Autor já comunicou à Casa que entrará com um segundo Requerimento, solicitando que se postergue, para o início da semana, a apreciação do seu Requerimento, quando na oportunidade nós rebateremos um a um os argumentos técnicos apresentados e propugnados pela mudança da Capital e...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Orador que tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Questão de ordem) Sr. Presidente, V. Exa. interrompeu a Sessão por 12 minutos; V. Exa. concedeu a palavra ao então orador, Paulo Poli; esperou dois minutos e 30 segundos até que o nobre Deputado resolvesse reocupar a Tribuna, e não obstante questão de ordem levantada naquela oportunidade, — quando solicitamos que de acordo com o Regimento Interno, não se encontrando presente no Plenário o Orador, V. Exa. deveria dar a palavra ao segundo Orador, V. Exa. não atendeu a nossa questão de ordem, reiterou a chamada do primeiro Deputado inscrito.

Consulto a V. Exa. se não serão descontados aqueles 12 minutos de interrupção e mais os dois minutos e 30 segundos que antiregimentalmente V. Exa. ficou com a sessão semi-suspensa, à espera do nobre Deputado Paulo Poli.

Era a questão de ordem.

O Senhor PAULO POLI — (Pela ordem) Senhor Presidente, quem conhece o Regimento Interno, sabe que ele é bem claro e taxativo, quanto à duração das sessões, que têm o horário do seu término previsto e é inflexível.

Portanto, V. Exa. quando anunciou que o orador tem um minuto, V. Exa. está com a razão.

O Senhor PRESIDENTE — A Mesa esclarece ao nobre Deputado Erondy Silverio, de acordo com o artigo 83 do Regimento Interno: "A Hora do Expediente é improrrogável" e a Presidência concede 2 minutos e 30 segundos para V. Exa. concluir o seu discurso.

O Senhor ERONDY SILVERIO — Agradeço a V. Exa. Mas se é improrrogável, V. Exa. não pode me conceder os dois minutos e 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192/70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Branca Fernandes" um dos Estabelecimentos de Ensino de Maringá. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/71, de autoria do dep. Fabiano Braga Côrtes, que concede a Cidadania Honorária do Paraná, ao Professor Doutor H. C. Hermann Mathias Goergen. — Parecer favorável da C.C.J. — COM SUBSTITUTIVO — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/71, ex-Proposição n.º 58/71 — oriunda da Mensagem Governamental n.º 20/71, encaminhando cópia de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União, através do Ministério dos Transportes, visando construção, transferência de acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligação Apucarana-Ponta Grossa). — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/70, de autoria do dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a promover, através do Departamento de Estradas de Rodagem, o asfaltamento da estrada que liga Centenário do Sul a PR/71, passando por Miraselva. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 22/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover, através do Departamento de Estradas de Rodagem, o asfaltamento da Estrada que liga Centenário do Sul a PR/71, passando por Miraselva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de fevereiro de 1970.

a) **Olavo Ferreira**

**JUSTIFICATIVA:** Este importante trecho das nossas estradas de há muito que vem necessitando merecer a atenção da entidade pública competente. O asfaltamento virá beneficiar a inúmeros municípios, proporcionando além de melhores condições de tráfego, um mais fácil escoamento da produção da região. É intenção do nosso governo atender a esta reivindicação, tendo já sido prometido aos moradores usuários do trecho que o asfaltamento se daria brevemente.

Portanto, nada mais oportuno que proporcionarmos uma autorização expressa ao Poder Executivo neste sentido, para o que esperamos contar com a acolhida dos nossos Pares ao Projeto acima.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 22/70

AUTOR: Dep. Olavo Ferreira

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo, através do D.E.R., a asfaltar a estrada que liga Centenário do Sul à PR/71, passando por Miraselva".

#### PARECER

1) De autoria do nobre Deputado Olavo Ferreira, tem por fim o Projeto em tela autorizar o Poder Executivo a promover, através do D.E.R., o asfaltamento da estrada que liga Centenário do Sul à PR/71, passando por Miraselva.

2) A Proposição vem articulada e devidamente justificada, nos termos do Regimento Interno.

3) Na forma em que o mesmo vem redigido, trata-se de mera autorização, razão pela qual não fere qualquer dispositivo, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional. Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

4) Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1.970

aa) — **Emílio Carazzini** — Presidente, **Paulo Camargo** — Relator, **Paulo Poli**, **Armando Queiroz**, **Alencar Furtado**, **Ivo Tomazoni**, e **Luiz Cruz**.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 22/70**  
**AUTOR: DEP. OLAVO FERREIRA**

**P A R E C E R**

Visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo, promover através do Departamento de Estradas de Rodagem, o asfaltamento da estrada que liga Centenário do Sul à PR/71, passando por Miraselva.

A primeira vista o plano de lei, se nos afigura como inconstitucional, pois vem provocar aumento de despesas, mas, como o mesmo tem caráter autorizatório, não temos dúvida em nos manifestarmos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/6/70

2a) — Roberto Galvani — Presidente, Ovidio Franzoni — Relator, Ivo Tomazoni, João Mansur, Roberto Wypych.

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

**P A R E C E R**

**AO PROJETO DE LEI N.º 22/70**

I — De autoria do ex-Dep. Olavo Ferreira, o presente plano autoriza o Poder Executivo a promover o asfaltamento, através do Departamento de Estradas de Rodagem, da estrada que liga Centenário do Sul à PR/71, passando por Miraselva.

II — A concretização da obra, já foi dito pelo autor na justificativa do projeto — virá beneficiar diversos municípios, que terão condições mais favoráveis para o escoamento das produções da região.

III — Nosso Parecer é pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 1.971.

2a) — Lázaro Dumont — Presidente, Borsari Netto — Relator, Hélio Manfrinato, Gilberto Carvalho, Antonio Maciel Filho.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja instaurado inquérito administrativo no 4.º Distrito Rodoviário, com sede em União da Vitória. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, o Sr. Deputado para encaminhar a votação.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O-nobre Deputado Domicio Scaramella apresenta, neste instante, à consideração do Plenário, um requerimento solicitando inquérito administrativo no 4.º Distrito Rodoviário com sede na cidade de União da Vitória, e enumera itens de irregularidades que estão sendo cometidas, no seu entender, naquele Distrito Rodoviário.

Quero dizer a esta Casa que a Bancada da ARENA jamais dará guarida a denúncias que não sejam comprovadas, pois expedientes desta natureza virão tão somente tumultuar a vida administrativa de nosso Estado. Há poucos dias, o nobre Deputado Domicio Scaramella trazia, a meu conhecimento pessoal, estas irregularidades. Levei-as a S. Exa. o Sr. Governador do Estado que, imediatamente, telefonou ao Diretor do DER, solicitando providências nesse sentido.

E, hoje, o-nobre Deputado Domicio Scaramella traz ao conhecimento da Casa novas irregularidades, comprovando, inclusive, com o número das placas dos caminhões do Estado que estariam fazendo transporte a particulares. E apresenta esse requerimento.

Desejo dizer ao nobre Deputado Domicio Scaramella que expedientes dessa natureza comprovados, como comprovou o nobre Deputado autor do re-

querimento, têm o apoio integral de nossa Bancada e de S. Exa. o Senhor Governador do Estado. Porque, agindo, como está agindo, o nobre Deputado Domicio Scaramella, está ajudando ao Senhor Governador do Estado que nada mais quer do que trabalhar pelo engrandecimento de nosso Estado, mas que não pode, em hipótese alguma, concordar com servidores relapsos que vêm comprometendo sua administração.

Congratulo-me com o nobre Deputado e levarei, ao Senhor Governador do Estado cópia deste requerimento que terá aprovação integral de nossa Bancada, a fim de, quando apuradas essas irregularidades, este servidor seja punido. E possamos juntos, servidores, industriais, comerciantes, effim, todos os homens do Paraná, trabalhar com as autoridades constituídas pelo engrandecimento de nosso Estado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O Senhor PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senhor Deputado Maurício Fruet.

O Senhor MAURÍCIO FRUET — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inicialmente, quero congratular-me com a coragem e o espírito público, mais uma vez demonstrado, hoje, neste Plenário, pelo eminente Deputado Domicio Scaramella, que assumiu, oficialmente, a responsabilidade de levar ao mais alto escalão do Estado, uma acusação contra determinadas irregularidades que vêm sendo praticadas num distrito rodoviário de nosso Estado.

Em seguida, congratulo-me veementemente com o Líder da Arena, Deputado João Mansur, pela forma como se manifestou, no Plenário, e tenha certeza V. Exa. que, falo em meu nome pessoal, não esperávamos outra atitude de V. Exa. a não ser a adotada neste momento.

V. Exa., Deputado João Mansur, reconheceu a responsabilidade do caso apresentado pelo Deputado Domicio Scaramella, mas acima de tudo, reconhece a responsabilidade de um Deputado que encaminhou uma denúncia visando bem servir ao Estado do Paraná.

E a Oposição que já teve oportunidade, em muitas ocasiões, de enaltecer as atividades do atual Governo, toma essa iniciativa porque está aqui para zelar os legítimos interesses populares, a exemplo de todos os Senhores Deputados que compõem esta Assembléia Legislativa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Fico satisfeito, após apresentar um requerimento pedindo que seja aberto um inquérito no 4.º Distrito Rodoviário, com sede em União da Vitória, com o pronunciamento do Deputado João Mansur, Líder do Governo e da ARENA, nesta Casa.

Fico satisfeito em ouvir S. Exa. declarar que estará sempre atento e que a Bancada da ARENA dará apoio, sempre que se apresentar nesta Casa problemas como este.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero declarar neste instante que já dialoguei com o Deputado João Mansur. Fiz essa denúncia, já há dias atrás e visitando minha região, tive conhecimento, certo e verídico, que ainda no dia 25 de julho, caminhões do 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória, transportaram madeira de serrarias localizadas no município de Palmas, região de Bituruna, fazendo concorrência com motoristas profissionais, cobrando quase 50% a menos no frete daquelas madeiras transportadas. No dia 4 do presente mês, um caminhão, placa 3-20-00 do Departamento de Estradas de Rodagem, também transportou madeira de uma serraria naquela mesma região, para trazer à União da Vitória.

Não é só o abuso desse Departamento que serve em União da Vitória, mas, mais ainda, estão ludibriando a fiscalização do Estado, para que não seja recolhido o ICM devido à fiscalização de União da Vitória.

Quero dizer que minha palavra de honra está empenhada e fica o Líder do Governo autorizado para, em ocasião oportuna, solicitar, que eu irei junto com quem quer que seja, para provar essas irregularidades. Não quero culpar o atual Secretário dos Transportes, nem o atual Diretor do DER, nem S. Exa. o Senhor Governador do Estado e nem os Deputados da ARENA. Tenho impressão, não sei se estou errado ou certo, que é uma barganha para desmoralizar o atual Governo, porque alguns daqueles homens estão habituados há mais de dez anos, a trabalhar com veículos do DER para interesses políticos, interesses pessoais, para que alguns elementos do DER obtivessem benefícios para eles, a fim de amanhã terem dias melhores.

Agradeço e conte V. Exa., Sr. Líder do Governo, com nossa sinceridade e lealdade. Vamos trazer aqui tudo o que estiver errado, para conhecimento do Paraná, do povo do Paraná, para ver se há algum progresso naquela região, progresso de que tanto carece aquele povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos Senhores Delegado do INPS no Paraná, Presidente Nacional daquela autarquia e Ministro do Trabalho e Previdência Social, contendo protesto e apelo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, lido da Tribuna, solicitando votação nominal ao requerimento, de sua autoria, que pretende propor a mudança da Capital, e, outrossim, que o aludido requerimento seja apreciado no dia 17 próximo. Em discussão.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — (Pela ordem) Sr. Presidente, quero solicitar da Mesa, a gentileza de um esclarecimento, porque entendo que a aprovação do requerimento, para apreciação a partir do dia 17, vai implicar também na aprovação da votação nominal para o mesmo. Acho que a votação deveria ser submetida separadamente.

Repetindo, entendi, senhor Presidente, que existem duas questões a serem votadas no Requerimento.

Uma, a votação nominal e a outra, a apreciação do requerimento a partir de segunda-feira. Vamos votar a priori, estabelecendo-se a votação nominal para segunda-feira?

O Senhor JOÃO MANSUR — (Pela ordem).

O Senhor PRESIDENTE — Dentro de instantes a Mesa responderá a questão de ordem do deputado Sebastião Rodrigues.

Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado João Mansur.

O Senhor JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, entendo que V. Exa. está colocando em votação o requerimento do Deputado Paulo Poli pedindo que seu requerimento seja apreciado no dia 17.

Nesta oportunidade é que iremos apreciar os dois itens do requerimento, a votação nominal e o restante da matéria constante do requerimento.

Foi este o entendimento que tive.

O Senhor PRESIDENTE — A Mesa esclarece que o requerimento pede tão somente o adiamento.

O Senhor JOÃO MANSUR — Certo, obrigado!

O Senhor PRESIDENTE — Em votação o requerimento do Deputado Paulo Poli, na parte que propõe o adiamento.

O Senhor GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, quero declarar meu voto com referência a esta matéria, que é contrário.

Deixo de tecer considerações porque segunda-feira este assunto voltará a ser discutido, ocasião em que justificarei o motivo deste voto contrário ao pedido do Deputado Paulo Poli.

O Senhor PRESIDENTE — Em votação. **Aprovado.**

A Mesa esclarece que dia 17 será votado...

O Senhor ACYR JOSÉ — (Pela ordem). Senhor Presidente, dia 17 será segunda ou terça-feira.

O Senhor PRESIDENTE — Terça-feira será dia 17. Neste dia, será apreciado o requerimento inicial do Deputado Paulo Poli e também o processo de votação.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando informações da Mesa Executiva. — Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

O Senhor PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, às 10 horas, dia 13, sexta-feira, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 116/70; 126/70; 140/70; 151/70; 310/70; 313/70.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIA:

##### PORTARIA N.º 446/71

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 5.337, de 28 de junho de 1.971, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Revogar a Portaria n.º 151/71, de 04 de março de 1.971, que designou Osvaldo Marques para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel.

Gabinete do Diretor Geral, em 12 de agosto de 1.971.

a) — Dorizon Salgado Bueno

#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

##### COMISSÃO EXECUTIVA

Ata da Reunião realizada em 12 de agosto de 1.971, Extraordinária

Aos doze dias do mês de agosto do ano de um mil e novecentos e setenta e um, no Gabinete da Presidência, reuniu-se a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, convocada pelo Senhor Presidente, achando-se presentes o Senhor Presidente, Deputado Wilson Fortes, o Senhor Primeiro Secretário, Deputado Ivo Tomazoni, e o Senhor Segundo Secretário, Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. O Senhor Presidente declarou aberta e iniciada a reunião, secretariada pelo Diretor Geral, funcionário Dorizon Salgado Bueno, passando a dar conhecimento dos motivos da convocação da presente reunião, a seguir indicados. Primeiro, que o Supremo Tribunal Federal, apreciando a Representação número 308 (oitocentos e oito) do Paraná, do Procurador Geral da República, sendo requerida a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em venerando Acórdão de quatorze de maio de um mil e novecentos e setenta, julgou, digo, declarou, por unanimidade de votos, inclusive o do Presidente, inconstitucional, em parte, o art. 143 § 2.º (cento e quarenta e três, parágrafo segundo), da Constituição do Estado do Paraná, nos termos do voto do relator. Quanto aos demais itens da representação, o julgamento foi adiado em razão de pedido de vista do Ministro Thompson Flôres. Na reunião de Plenário de vinte de maio de um mil e novecentos e setenta, foi proferida a seguinte decisão: contra o voto do Ministro Eloy da Rocha, julgou-se prejudicada a representação (a representação) quanto ao art. 64, § 2.º, (sessenta e quatro, parágrafo segundo), da Constituição do Estado. Quanto à Resolução 16/67 (dezezeis barra sessenta e sete), Resolução 42/67 (quarenta e dois barra sessenta e sete) e Decreto Legislativo 573 (quinhentos e setenta e três), julgou-se a representação procedente, em parte, unânimemente, nos termos dos votos do Relator e do Ministro Thompson Flôres. O Acórdão é esse publicado no Diário da Justiça da União, de vinte e três de outubro de um mil e novecentos e setenta. Segundo, que é de seu conhecimento que os provimen-

tos de diversos funcionários desta Assembléia Legislativa, feitos com base na Resolução número 15/68 (quinze barra sessenta e oito), de três de julho de um mil e novecentos e sessenta e oito, são flagrantemente inconstitucionais, por contrariarem o disposto expressamente pelo parágrafo primeiro, do artigo noventa e cinco da Constituição Federal, promulgada em vinte e quatro de janeiro de um mil e novecentos e sessenta e sete, e pelo artigo sétimo, do Ato Complementar número quinze. Em seguida, o Senhor Presidente, dada a relevância da matéria acima enumerada, propõe seja procedido, por uma Comissão Especial de funcionários desta Assembléia Legislativa, a um levantamento dos possíveis funcionários do Quadro de Pessoal atingidos pelos dispositivos legais declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, dando-se à Comissão o prazo de dez dias para concluir o levantamento e submetê-lo à apreciação da Comissão Executiva. Submetido a votos o proposto, é aprovado por unanimidade. Decidiu-se, a seguir, determinar a lavratura de Decreto Legislativo constituindo a Comissão Especial, a ser integrada pelos funcionários Dorizon Salgado Bueno, Diretor Geral; José Tavares Canto Filho, Diretor do Departamento Legislativo; Francisco Dranka, Chefe do Gabinete da Presidência; Edgar Tavora Júnior, Diretor do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal; e Rubens Padilha Mendes, Assistente Técnico. A seguir, continuou livre a palavra. Como mais ninguém quisesse fazer uso da mesma e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual eu, Dorizon Salgado Bueno, Diretor Geral, lavrei a presente Ata que, lida e conferida, foi por todos os presentes assinada e declarada aprovada, aos doze dias do mês de agosto de um mil e novecentos e setenta e um.

- aa) WILSON FORTES — Presidente  
IVO TOMAZONI — 1.º Secretário  
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário  
DORIZON SALGADO BUENO — Diretor Geral — Secretário da Reunião